

“A África que queremos”: a atuação da União Africana a partir dos projetos emblemáticos da Agenda 2063

Camila Santos Andrade

UNIVERSIDADE DE JOANESBURGO, UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
UJ, ÁFRICA DO SUL; UFPB, BRASIL
ORCID: 0000-0003-3622-7584
camila.andrade@gmail.com

Doi: <https://doi.org/10.53766/HumSur/2024.35.04>

Debate

Resumo

Sob os auspícios do Renascimento Africano, a União Africana (UA) se tornou a segunda materialização institucional do Pan-Africanismo. Na comemoração dos 50 anos da sua predecessora, a Organização da Unidade Africana (OUA), foi lançada a Agenda 2063, uma visão guarda-chuva de um continente feito pelos e para os africanos. Com objetivo de analisar a atuação da UA na contemporaneidade, este trabalho visa apresentar os projetos emblemáticos no escopo da Agenda 2063, os quais envolvem áreas como tecnologia, integração, cultura e educação. Nesse sentido, a evolução dos projetos emblemáticos sinaliza que a busca pelo desenvolvimento, em diferentes áreas, é conjunta.

PALAVRAS CHAVE: União Africana. Pan-Africanismo. Organização da Unidade Africana. Agenda 2063.

“El África que queremos”: los objetivos de la Unión Africana a los proyectos emblemáticos de la Agenda 2063

Resumen

Bajo los auspicios del Renacimiento africano, la Unión Africana (UA) se convirtió en la segunda materialización institucional del panafricanismo. Para celebrar el 50 aniversario de la Organización de la Unidad Africana (OUA), se lanzó la Agenda 2063; una visión general de un continente hecho por y para los africanos. Con el objetivo de analizar el desempeño de la UA, pretendemos presentar los proyectos emblemáticos en el ámbito de la Agenda 2063, que involucran áreas como tecnología, integración, cultura y educación. En este sentido, la evolución de proyectos emblemáticos señala que la búsqueda de desarrollo, en diferentes áreas, es conjunta.

PALABRAS CLAVE: Unión Africana. Pan-Africanismo. Organización de la Unidad Africana. Agenda 2063.

RECIBIDO: 12.8.23 / EVALUADO: 18.8.23 / APROBADO: 24.8.23

1. Introdução

A União Africana (UA) é uma representação do seu tempo. Sua constituição perpassa uma confluência de processos e eventos históricos dentro e fora do continente africano. Lançada em 2002, a organização marca uma nova era do continente africano, a partir do renascimento africano, pautada no pan-africanismo e em um olhar para a África pelos africanos. Com 55 membros, incluindo o Saara Ocidental, a UA é criada diante da ampliação do seu papel institucional em áreas pouco ou não exploradas por sua predecessora, a Organização da Unidade Africana (OUA).

A partir da reflexão histórica, seja por meio dos encontros oficiais e documentos gerados nestas, os chefes de Estado da OUA entenderam que esta representava o seu tempo, estando obsoleta para as necessidades contemporâneas pelos Estados e sociedades africanas. Com isso, para além da afirmação da soberania dos Estados africanos, a UA assumiu temas-chave para o continente, como o desenvolvimento, resolução de conflito e segurança e a participação da organização da sociedade civil nas discussões institucionais da organização.

Onze anos após seu lançamento e completando 50 anos de constituição da OUA, os Estados-membros renovam seu compromisso com o continente africano a partir da elaboração de um documento intitulado ‘A África que queremos’, comumente conhecida como Agenda 2063. A partir do documento guarda-chuva, ou seja, agregador de objetivos, metas e áreas prioritárias, foram criados projetos prioritários que envolvem áreas como educação, artes, cultura, tecnologia e integração do continente.

Observando as publicações referentes à União Africana, especialmente em português, pouco tem se escrito e estudado sobre a organização, apesar da sua riqueza histórica e temporal. Como exemplo de exceções, existe o artigo de Oliveira e Otávio (2022), que apresenta dados cruciais para o entendimento da Agenda 2063; e o artigo de Diallo (2005), que apresenta o recorrido histórico da OUA e UA. Pensando em ir além da Agenda e visando a popularização do conhecimento sobre a área de Estudos Africanos, especialmente sobre a União Africana, este artigo traz como *problemática*: como tem sido o papel da União Africana na atualidade, a partir dos projetos emblemáticos da Agenda 2063?

A partir desta pergunta e utilizando o método qualitativo, pretende-se entender como funciona a Agenda 2063 e, a partir desta, apresentar as iniciativas da UA na contemporaneidade, por meio dos projetos emblemáticos. Isso será feito a partir do exercício de se pensar sobre uma organização que,

por mais que tenha sido lançada oficialmente em 2002, ainda pouco se escreve sobre a mesma. Para isso, além desta introdução e considerações finais, este trabalho tem como estrutura: 1) a historicidade da UA, incluindo a OUA e eventos históricos; 2) as características da Agenda 2063, entendendo seu funcionamento por meio dos objetivos, metas e áreas prioritárias; e 3) a atuação da UA contemporaneamente a partir dos projetos emblemáticos, analisando suas evoluções e principais aspectos.

Apesar de ser um artigo substancialmente descritivo, notamos a necessidade de entender, inicialmente, como funciona a Agenda e, assim, apresentar e analisar brevemente os projetos emblemáticos. A partir disso, é possível visualizar o andamento dos projetos na contemporaneidade, dando espaço para que novos trabalhos discutam avanços, falhas, retrocessos e possibilidades de melhoria. Chega-se a conclusão que a UA, por meio da evolução destes projetos, demonstra que a busca pelo desenvolvimento, em diferentes áreas, é conjunta: desde os Estados-membros a suas populações.

Para aqueles que são céticos em relação à importância do pan-africanismo na história do continente africano, é a partir deste e do renascimento africano que “[...] todos os africanos podem ser curados da praga histórica do colonialismo e do neocolonialismo e das suas atuais formas de expressão mais sofisticadas e sutis (Muchie, Lukhele-Olorunju e Akpor, 2013, p. xvi). A atuação da União Africana é uma das vias de retomada do protagonismo do continente africano no cenário internacional.

2. Caminho histórico para uma institucionalização pan-africana 2.0

Para se entender o papel importante da União Africana no cenário regional e internacional, é necessário revisitar a história do continente e eventos globais, os quais estão entrelaçados e, especialmente este último, exerce uma influência extracontinental na África. Entender os desdobramentos históricos significa perceber também a evolução do pensamento filosófico africano, especialmente no que tange à noção de Pan-Africanismo — crucial para o entendimento de organizações como a Organização da Unidade Africana (OUA) e a União Africana (UA).

A introdução da África nas dinâmicas internacionais contribuíram para o fluxo escravagista e a roedura do continente africano. A busca europeia por novos mercados iniciou-se com os portugueses, em 1430, impulsionados pela busca por trigo, cereais e, posteriormente, por metais preciosos e especiarias (Hernández, 2008). A escravização e, conseqüentemente, o deslocamento de pessoas violentaram população do continente: “Este

‘comércio de escravos’, a maior migração forçada da história, e a criação da Diáspora Africana foram acompanhados pela emergência do capitalismo global, do domínio colonial europeu e do racismo anti-africano” (Adi, 2018, p. 2). Nesse contexto,

Pelo menos 12 milhões de africanos foram transportados para o continente americano, outros milhões morreram na perpetração deste grande crime, e novas nações vieram a ser estabelecidas no Caribe, no Brasil, nos Estados Unidos e em outros locais onde os descendentes de africanos eram ou a maioria ou uma minoria significativa. (Adi, 2018, p. 2)

A diáspora africana está conectada com o advento do pan-africanismo¹: este último foi provocado pelo deslocamento de pessoas africanas a partir da escravização, levando a se pensar na liberação e revalorização da vida africana fora do seu continente (Adi, 2018). Para Makinda e Okumu (2008), o colonialismo contribuiu para a constituição do pan-africanismo a partir de três elementos: a universalização dos valores europeus, a humilhação coletiva e a formação de comunidades políticas modernas. A partir destes aspectos, como parte de uma superioridade branca e de um discurso civilizatório, a África era considerada sem história antes da presença europeia, discurso que Ki-Zerbo (2006) desmistificou em suas obras. Césaire (1978, p. 65) apresenta, ironicamente, como: “[...] o Ocidente inventou a ciência. Que somente o Ocidente sabe pensar; que nos limites do mundo ocidental começa o tenebroso reino do pensamento primitivo”. No mesmo sentido, Hernández (2008, p. 18) também ressalta esse aspecto:

Pela ocultação e dinâmica próprias da África, torna-se possível o apagamento de suas especificidades em relação ao continente europeu e mesmo ao americano. Quanto às diferenças, são tratadas segundo um modelo de organização social e política, bem como de padrões culturais próprios da civilização europeia. Em outros termos: aproximando por analogia o desconhecido ao conhecido considera-se que a África não tem povo, não tem nação nem Estado; não tem passado, logo, não tem história.

Nesse sentido, apesar de não haver uma conceituação exata sobre o pan-africanismo (Adi, 2018; Murithi, 2020), existem pontos de convergência entre as concepções, as quais focam em uma “[...] unidade, história comum e propósito comum dos povos da África e da diáspora africana e a noção que seus destinos estão interconectados” (Adi, 2018, p. 2). Esta noção

influenciará na constituição da UA, a qual considera a diáspora africana como a sexta região da instituição. Além disso, é importante ressaltar que o pan-africanismo vai além de ser uma ideologia, evoluindo “[...] como uma variedade de ideias, atividades, organizações e movimentos que, por vezes em conjunto, resistiram à exploração e à opressão de toda a herança africana, opuseram-se e refutaram as ideologias do racismo anti-africano e celebraram as conquistas, a história e a própria noção de ser africano” (Adi, 2018, p. 3).

A entrada dos europeus no continente africano, processo conhecido como roedura da África, teve seu grande marco institucional com a Conferência de Berlim, entre 1884 e 1885. De acordo com os signatários da Ata Geral, a Conferência foi composta por Alemanha, Grã-Bretanha, França, Suécia, Portugal, Itália, Bélgica, Espanha, Dinamarca, Países Baixos, Áustria-Hungria, Rússia, Estados Unidos, Noruega e Turquia (Hernández, 2008). Hernández (2008) elenca quatro principais motivos que levaram à Conferência, sendo eles: 1) os interesses do rei Leopoldo II, da Bélgica, em busca da formação de um império ultramarino; 2) os interesses de Portugal em relação as suas conquistas no continente, temendo ser deixado para trás na corrida para a África; 3) o expansionismo da política francesa em diversos locais africanos; 4) os interesses pelo controle pela livre navegação e comércio nas bacias do Congo e do Níger, especialmente pela Grã-Bretanha e pelos *boeres*.

A partir da conferência, a corrida ao continente foi acelerada, num gesto inequívoco de violência geográfica por meio da qual quase todo o espaço recortado ganhou um mapa a ser explorado e submetido a controle. A demarcação das fronteiras prosseguiu, estendendo-se até depois da Primeira Grande Guerra. [...] quase todo o continente ficou sob o domínio europeu, com exceção da Libéria e Etiópia. (Hernández, 2008, pp. 64-67)

Com os adventos das Grandes Guerras, além das constantes movimentações dentro e fora do continente africano, por meio do desenvolvimento de perspectivas teóricas, movimentos sociais e posicionamento de intelectuais, as colônias africanas ganharam força e voz para reivindicarem suas independências, especialmente a partir das lutas de independência na Argélia: duramente combatida pelos franceses, inspiradora para as demais colônias africanas. Um exemplo de intelectual é Aimé Césaire (1978, p. 21), que descreve e escancara em suas obras o colonialismo:

Onde eu quero chegar? A esta ideia: que ninguém coloniza inocentemente, nem ninguém coloniza impunemente; que uma nação que coloniza, que

uma civilização que justifica a colonização —portanto, a força— é já uma civilização doente, uma civilização moralmente ferida que, irresistivelmente, de consequência em consequência, de negação em negação, chama seu Hitler, isto é, seu castigo.

Com o protagonismo da população africana e diáspora, nos movimentos de independência e na academia, nas décadas de 1950, 1960 e 1970 houve a independência de grande parte dos países africanos, sendo 1960 considerado o ano da independência africana (Chazan et al, 1999). A partir da conjuntura frágil de legitimação dos novos países independentes, se inserindo em um sistema comandado por suas recentes ex-metrópoles, além de uma iminência de conflito interno e disputas territoriais, muito se discutiu sobre os caminhos para uma nova África sem colonialismo, pautando-se nos ideais pan-africanistas.

O nascimento de uma instituição visando uma integração africana nasceu de disputas de poder entre distintas perspectivas (Makinda e Okumu, 2008). Entre o caminho de uma África Unida em termos máximos (grupo de Casablanca) e uma África conformando suas soberanias estatais (grupo Monróvia), prevaleceu a constituição de uma organização que defendesse os direitos dos países recém-independentes, sendo esta a Organização da Unidade Africana (OUA)². Fundada em 25 de maio de 1963 por 32 líderes de Estados africanos recém-independentes, a OUA trazia como objetivos:

[...] promover a unidade dos novos Estados africanos, eliminar todas as formas de colonialismo na África, encorajar a cooperação no continente e defender a soberania e território de cada Estado africano individual. O seu objetivo era ajudar a completar a descolonização do continente, mas a sua formação dependia do sucesso inicial da independência africana. (Badejo, 2008, p. 25)

O papel da Conferência de Berlim na trajetória africana é observado diante da configuração das fronteiras artificiais da África, não sendo contestadas no âmbito da OUA devido à prioridade dada à soberania dos Estados africanos e a não ingerência em assuntos internos. No entanto, as fronteiras artificiais geraram profundas consequências na constituição dos Estados africanos e suas dinâmicas internas. Ceamanos (2016, p. 111) explica que:

[...] tendo em conta o princípio do direito internacional *uti possidetis iuris* pelo qual os Estados que conquistam a independência devem respeitar as

fronteiras prévias, o consagrado na Carta da OUA (1963) e, posteriormente, na Ata Constitutiva da UA (2000) foi de respeitar as fronteiras existentes no momento de conquistar a independência.

Com a dissolução da bipolaridade, entre os Estados Unidos e a União Soviética, a África, que era uma zona de influência das duas potências, começou a perder sua relevância. Quando houve o vácuo de poder deixado pelas grandes potências, conflitos internos nos países africanos começaram a eclodir, incitando uma política de desengajamento dos Estados Unidos no continente. Isso pode ser visto a partir da guerra da Somália, em 1993, gerando consequências para o posicionamento do Conselho de Segurança das Nações Unidas em torno do genocídio de Ruanda. Nesse contexto, apesar da importância da OUA no contexto africano e internacional, foi vista uma inatividade por parte da organização diante de questões cruciais para as dinâmicas regionais e continentais.

Aliado aos conflitos internos, duas das grandes bandeiras da organização era combater o Apartheid e de defender os países africanos de processos coloniais. Com a chegada da década de 1990, houve o fim do Apartheid na África do Sul e a independência da Namíbia, reforçando a necessidade de se repensar as práticas e objetivos da OUA. Diante disso, em 1999, na Líbia, houve uma reunião para se pensar no futuro da organização e no que era necessário para o desenvolvimento de um melhor caminho para África, configurando em uma proposta de uma nova organização adequada ao seu tempo e que defenda não só os Estados africanos, mas suas instituições, organizações sociais e população: a União Africana (UA).

No contexto supracitado, é interessante notar que, “Num certo sentido, a UA é um produto dos debates anteriores à OUA, mas, noutro sentido, é uma resposta à globalização e à democratização que caracterizaram as mudanças pós-Guerra Fria em África e no mundo como um todo” (Makinda e Okumu, 2008, p. 28). Com uma nova onda de pan-africanismo no continente, sob os auspícios do Renascimento Africano, em julho de 2002 foi lançada a UA, com o presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, como presidente da instituição. Alguns dos órgãos principais da UA incluem a Assembleia dos Chefes de Estado e de Governo, o Conselho Executivo, o Comitê de Representantes Permanentes (CRP), os Comitês Técnicos Especializados (CTE), o Conselho de Paz e Segurança e a Comissão da União Africana. Como será visto nas próximas seções, a Comissão da União Africana terá um importante papel na supervisão das iniciativas da Agenda 2063, especialmente dos projetos emblemáticos. Além de sua estrutura

administrativa, que incorpora atores para além dos Estados-membros, é interessante perceber a diferença entre a OUA e UA:

Enquanto a OUA se opôs ao colonialismo, ao apartheid e à dependência de países estrangeiros, a UA dá ênfase à democracia, aos direitos humanos e ao desenvolvimento econômico. A principal missão da [...] UA é criar maior unidade e cooperação entre os países-membros e entre os povos de África, a fim de melhorar as condições de vida no continente. (Badejo, 2008, p. 12)

Com uma nova roupagem institucional e de propósitos, a UA atua no cenário regional, continental e internacional defendendo os interesses dos Estados-membros e suas populações. Como Diallo (2005, p. 17) observou, a instituição “[...] não se limita a uma evolução de fachada e a uma mudança de nome. A nova organização pan-africana corresponde, evidentemente, a exigências geoestratégicas fixadas pelos Estados-membros, mas também a prioridades que correspondem diretamente às aspirações dos povos africanos”, como será visto a partir da visão guarda-chuva da Agenda 2063, a qual tem contribuído para desenvolvimento de diferentes projetos no continente africano.

3. Entre o discurso e a prática da União Africana: a Agenda 2063

Nos 50 anos de criação da Organização da Unidade Africana (OUA), em maio de 2013, os países africanos desenvolveram uma Declaração Solene do 50º Aniversário no âmbito da UA, conectada com a visão da instituição, de “Uma África integrada, próspera e pacífica, movida por seus próprios cidadãos e representando uma força dinâmica na arena global” (African Union Commission, 2015, p. 1). No escopo da Declaração Solene, foram elencadas oito prioridades: 1) identidade e renascença africanas; 2) continuar com a luta contra o colonialismo e promover o direito à autodeterminação; 3) a agenda de integração; 4) a agenda para o desenvolvimento econômico e social; 5) a agenda de paz e segurança; 6) governação democrática; 7) a determinação do destino da África; e 8) o lugar da África no mundo (African Union Commission, 2016, p. 2). As oito prioridades ilustram o compromisso de continuidade de renovação da OUA, a partir dos onze anos do lançamento da UA, em 2002.

Para concretizar a Declaração Solene, houve a solicitação da “elaboração de um quadro inovador continental de cinquenta anos”, capitaneada pela Comissão da União Africana (AUC, em inglês), com o apoio da Agência de Coordenação e Planejamento (NPCA) da Nova Parceria para

o Desenvolvimento da África (NEPAD), do Banco Desenvolvimento Africano (AfDB) e da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (UNECA) (African Union Commission, 2016, p. 1). A escolha do ano não foi aleatória: em 2063 completará 100 anos da institucionalização do pan-africanismo, por meio da OUA e, posteriormente, da UA.

Para acompanhar o desenvolvimento da Agenda 2063, a cada 10 anos será feito um plano de implementação de metas, totalizando 5 planos. O primeiro plano de implementação foi composto entre 2013 e 2023, composto por 20 metas e 12 projetos emblemáticos (*flagship projects*) - atualmente com 15 projetos, que serão elencados na próxima seção. Além do plano, existem versões populares da Agenda 2063 em inglês, português, francês e árabe, as quais explicitam as 7 aspirações para o continente, como pode-se observar no quadro 1 abaixo.

O escopo da Agenda 2063 é maior do que se imagina quando apenas se lê sua versão popular. A partir do plano de implementação ambicioso, é possível perceber como este tem movimentado as atividades da UA em prol da busca de metas claras para o continente. Além disso, existem quatro pontos que influenciam "Os objetivos, áreas prioritárias dentro de um objetivo e metas dentro de uma área prioritária": 1) projetos emblemáticos; 2) prioridades de desenvolvimento das Comunidades Econômicas Regionais (RECs) e nacionais a curto prazo; 3) estruturas continentais; e 4) quadro de resultados da Agenda 2063 (African Union Commission, 2015, p. 3). A seguir, o quadro 1 ajuda a compreensão das conexões entre as aspirações, os objetivos/metras e as áreas prioritárias da Agenda 2063 até o ano de 2023.

QUADRO 1
 AGENDA 2063 - METAS E ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA OS PRIMEIROS DEZ ANOS

Aspirações e progressos a nível continental	Metas	Áreas Prioritárias
1. África próspera, com base no crescimento inclusivo e desenvolvimento sustentável (37%)	(1) Um Elevado padrão e qualidade de vida e bem-estar para todos cidadãos	<ul style="list-style-type: none"> - Receitas, Empregos e trabalhos decentes - Pobreza, desigualdade e fome - Segurança social e proteção incluindo pessoas portadoras de deficiências - Habitações Modernas e serviços básicos de qualidade
	(2) Cidadãos Bem instruídos e revolução de competências apoiada pela Ciência, Tecnologia e Inovação	<ul style="list-style-type: none"> - Ensino e revolução impulsionada pela Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI)
	(3) Cidadãos saudáveis e bem nutridos	<ul style="list-style-type: none"> - Saúde e Nutrição
	(4) Economias e empregos transformados	<ul style="list-style-type: none"> - Crescimento Económico Sustentável e Inclusivo - Fabricação/Industrialização impulsionada pela CTI e valor acrescentado - Diversificação e resiliência económica - Turismo
	(5) Agricultura Moderna para o aumento da produção e produtividade	<ul style="list-style-type: none"> - Produção e Produtividade Agrícola
	(6) Economia Azul/dos Oceanos para acelerar o crescimento económico	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos marinhos e Energia - Operações portuárias e transporte marítimo
	(7) Clima ambientalmente sustentável e economias e comunidades resistentes	<ul style="list-style-type: none"> - Conservação da biodiversidade e gestão sustentável dos recursos naturais - Segurança dos Recursos Hídricos - Gestão de Recursos Naturais - Resistência ao Clima e prontidão e prevenção em relação às Calamidades Naturais - Energias Renováveis

2. Um continente integrado, politicamente unido e com base nos ideais do Pan-africanismo e visão do Renascimento Africano (84%)	(8) África Unida (Federal ou Confederação)	- Quadro e Instituições para uma África Unida
	(9) Instituições Monetárias e Financeiras Continentais criadas e funcionais	- Instituições Financeiras e Monetárias
	(10) Infraestruturas de classe mundial atravessam a África	- Conexão de comunicações e infraestruturas
3. Uma África fundada nos princípios da Boa Governação, Democracia, respeito pelos Direitos Humanos, Justiça e Estado de Direito (42%)	(11) Valores e práticas democráticas, princípios universais dos direitos humanos, da justiça e do Estado de Direito entrincheirados	- Democracia e Boa Governação - Direitos Humanos, Justiça e Estado de Direito
	(12) Estabelecimento de instituições capazes e liderança transformadora a todos os níveis	- Instituições e Liderança - Desenvolvimento Participativo e Governação Local
4. Uma África pacífica e segura (63%)	(13) Paz, segurança e estabilidade conservadas	- Manutenção e preservação da paz e segurança
	(14) África estável e pacífica	- Estrutura institucional para os Instrumentos da UA relativos à Paz e Segurança
	(15) APSA totalmente funcional e operacional	- Pilares da APSA plenamente operacionais e funcionais
5. Uma África, com uma forte identidade cultural, herança comum e valores éticos (45%)	(16) Renascimento Cultural Africano é preeminente	- Valores e ideais do Panafricanismo - Valores culturais e Renascença Africana - Património Cultural, Artes e Negócios

6. Uma África cujo desenvolvimento é impulsionado pelas pessoas, contando principalmente com o potencial do povo africano (67%)	(17) Plena igualdade do gênero em todas as esferas da vida	- Capacitação da Mulher e Meninas - Violência e Discriminação contra Mulheres e Meninas
	(18) Jovens e crianças Envolvidos e capacitados	- Capacitação da Juventude e da Criança
7. Uma África como um ator e parceiro global forte, unido, resiliente e influente (58%)	(19) África como grande parceiro na dinâmica global e coexistência pacífica	- Lugar de África na arena global - Parcerias
	(20) África assume responsabilidade total pelo financiamento do seu desenvolvimento	- Mercado Africano de capitais - Sistema fiscal e Receitas do Sector Público - Ajuda ao Desenvolvimento

Fonte: Autoria própria, com base nos dados de African Union Commission (2016) e African Union Commission e African Union Development Agency (2022).

A partir da análise do quadro 1, observa-se que a aspiração 2 tem mais progresso continental (84%) em termos de desenvolvimento de objetivos e metas, o que pode ser visto por meio dos projetos emblemáticos, como a Área Africana de Livre Comércio Continental (AfCFTA) e a Rede Ferroviária Integrada de Alta Velocidade. Para a African Union Commission e African Union Development Agency (2022), a aspiração 4 também teve um progresso significativo (63%) em relação aos alvos de 2021, mesmo os dados variando para cada país-membro. Exemplo disso é o declínio do número de mortes por desentendimentos e intolerância religiosos e étnicos, além de conflito armado.

A aspiração 1 aparece com o menor progresso continental (37%), relacionando-se com categorias de difícil evolução a curto prazo, como a questão de desenvolvimento sustentável e crescimento inclusivo. Para a African Union Commission e African Union Development Agency (2022, p. 2), o progresso lento se dá à “diminuição do PIB per capita de USD3.170 para USD 2.910”. Para as mesmas instituições, a aspiração 3 teve “um desempenho global fraco de 42% [...], principalmente devido às baixas pontuações para instituições capazes e à liderança transformada a todos os níveis” (African Union Commission e African Union Development Agency, 2022, p. 2).

Além dos progressos das aspirações a nível continental, o Segundo Relatório Continental de Implementação da Agenda 2063 (Segundo Relatório) apresenta os progressos a nível regional, em que “[...] a África Oriental registou o desempenho mais elevado, com uma pontuação agregada de 53% em relação às metas de 2021, seguida pela África Austral com 50%. A África Ocidental obteve 45%, a África Central 42% e o Norte de África 39% (African Union Commission e African Union Development Agency, 2022, p. 2).

A partir dos dados fornecidos no Segundo Relatório da African Union Commission e African Union Development Agency (2022) é possível observar que, em relação à performance continental das 20 metas da Agenda 2063, 16 metas tiveram progressos na comparação dos dados de 2019 e 2021, havendo decréscimo da percentagem em 3 metas (1, 15 e 18) e sem dados de comparação para meta 9. A meta 8, África Unida (Federal ou Confederação), teve o maior crescimento, com 12% de progresso em 2019, chegando a 98% em 2021; já a meta 4, economias e empregos transformados, teve a pior performance comparada com as demais metas, ficando com 13% em 2019, e 17% em 2021.

Um ponto de observação é a domesticação da Agenda em todos os níveis, contando com a participação para além dos Estados para melhor implementação dos objetivos, metas e áreas prioritárias: “[...] atores estatais e não estatais, órgãos sub-regionais intergovernamentais e interparlamentares, organizações da sociedade civil e outros atores estatais revelou-se fundamental para garantir a apropriação e subsequentemente melhorar a sustentabilidade do processo de desenvolvimento” (African Union Commission e African Union Development Agency, 2022, p. 5). Outro ponto é a conexão das metas da Agenda 2063 com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), contemplando todos os 17 pontos desta última (African Union, sem ano). No site da UA e no próprio Plano de Implementação para a primeira década é possível observar uma tabela com a conexão entre as duas iniciativas, o que configura a interseção entre esforços em diferentes níveis e plataformas.

Além das interconexões dos elementos do quadro 1, o plano de implementação apresenta cinco áreas-chave com os principais resultados até 2023, envolvendo: melhorias nos padrões de vida; economias transformadas, inclusivas e sustentáveis; a África integrada; iniciativas na área de mulheres, jovens e crianças capacitadas; e foco nas áreas de governança e paz (African Union Commission, 2016). A lista com os principais resultados de transformação ajuda a materializar como desenvolver iniciativas nas áreas-

chave, conectando com os demais elementos do quadro anterior. Como será visto na próxima seção, alguns dos projetos que estão mais avançados estão relacionados à área-chave da África integrada, contando com iniciativas de integração tanto de africanos quanto de sua diáspora.

4. A União Africana na atualidade: projetos emblemáticos da Agenda 2063

Após apresentarmos os elementos constituintes da Agenda 2063, nesta seção serão descritos e apresentados os dados sobre os projetos emblemáticos, os quais são ferramentas para a materialização das sete aspirações propostas pela Agenda. Como será observado, os projetos emblemáticos abrangem áreas desde infraestrutura, educação, integração, ciências, artes, paz e segurança, bem como tecnologia e cultura.

Inicialmente, o plano de implementação da Agenda 2063 contava com 12 projetos emblemáticos: 1) Rede Ferroviária Integrada de Alta Velocidade; 2) Universidade Africana Virtual e Eletrônica; 3) a formulação de uma estratégia de produtos (*African Commodities Strategy*); 4) a instituição de um fórum anual africano (*African Economic Platform - AEP*); 5) o estabelecimento de uma Área Africana de Livre Comércio Continental (*African Continental Free Trade Area - AfCFTA*); 6) o Passaporte Africano e a livre circulação de pessoas; 7) a implantação do Projeto da Barragem Grand Inga; 8) Rede Eletrônica Pan-Africana (*Pan-African E-Network*); 9) silenciar as armas até 2020; 10) Estratégia do Espaço Exterior de África; 11) o estabelecimento de um mercado único de transporte aéreo africano (*Single African Air Transport Market - SAATM*); e 12) o estabelecimento de instituições financeiras africanas. Ao longo do tempo, foram adicionados mais três projetos, sendo eles: 1) Segurança Cibernética (*Cyber Security*); 2) Enciclopédia Africana; e 3) Grande Museu da África (*African Union Commission, 2016*).

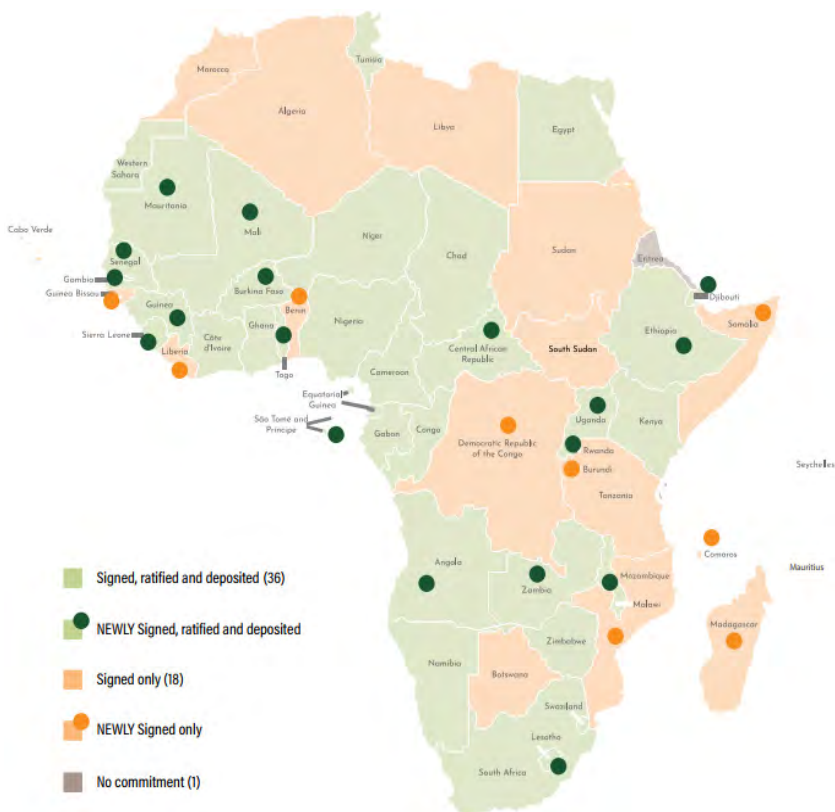
Três projetos ganharam destaque no sumário executivo do Segundo Relatório, em termos de progresso: a AfCFTA, o Pan-African E-Network e o SAATM. Em especial, a AfCFTA contou com grandes progressos mesmo com o COVID-19, com o objetivo de acelerar o comércio intra-África a partir de uma maquinaria que gere crescimento e desenvolvimento sustentável, além da busca pela intensificação da voz comum do continente e espaço político nas negociações globais (*African Union Commission e African Union Development Agency, 2022*). Sua negociação avançou a partir da mediação pela UA, com a assinatura do acordo por 44 países em 2018, em

Kigali (Ruanda); a partir da ratificação por 27 países, o acordo entrou em vigor em 2019, com o comércio entre países previsto para 2020. Com o COVID-19, o comércio no âmbito da área entrou em vigor em janeiro de 2021, sendo parte da sua primeira fase (Thomas, 2022; Takefman, 2023).

No que diz respeito ao comércio de mercadorias, os Estados-Membros comprometeram-se a liberalizar substancialmente todo o comércio, eliminando tarifas sobre 97% das linhas tarifárias durante um período de tempo especificado. Os restantes 3% das linhas tarifárias referem-se a produtos com possibilidades de redução tarifária. Até agora, 43 países que representam 78% dos membros da UA apresentaram as suas ofertas tarifárias. (African Union Commission e African Union Development Agency, 2022, p. 2-3)

Atualmente, a AfCFTA conta com a assinatura de 54 países, com exceção da Eritreia. Considera-se que este país não assinou por ter uma economia fechada e acreditar em integrações por meio de comunidades econômicas regionais do que a nível continental (Shaban, 2020; Thomas, 2022). A partir da imagem 1, é possível perceber o status de cada país em relação aos trâmites burocráticos de acesso à área de livre comércio, com exceção da Eritreia, o único país que não se comprometeu com a iniciativa.

IMAGEM I
STATUS DE RATIFICAÇÃO DA AfCFTA



Fonte: African Union Commission e African Union Development Agency (2022).

O Pan-African E-Network (E-Network) também teve progressos, com a assinatura do Acordo por 48 Estados-membros. A E-Network tem como objetivo “estabelecer políticas e estratégias para criar aplicações e serviços eletrônicos [...], especialmente a infra-estrutura terrestre de banda larga intra-africana e a segurança cibernética” (African Union Commission e African Union Development Agency, 2022, p. 3). Já o SAATM teve progressos em termos de assinatura do compromisso solene para apoiar a sua operacionalização, além da elaboração dos instrumentos regulatórios para a sua implementação. O compromisso solene foi assinado por 35 países-membros, o que representa 89% da malha área do continente africano. O projeto visa “reforçar a conectividade intra-regional entre as capitais

dos países africanos e garantir a disponibilidade de um mercado único de transporte aéreo unificado em África" (African Union Commission e African Union Development Agency, 2022, p. 3).

Além destes três projetos, outros encontram-se com pouco desenvolvimento, ainda em negociação e/ou em processo de ratificação, ou no papel. O Segundo Relatório apresenta como justificativa para atrasos e processos lentos os impactos do COVID-19, além do "[...] ritmo lento de assinatura e ratificação dos protocolos [...], recursos financeiros e humanos inadequados, bem como à fraca domesticação da Agenda 2063 nos Estados-membros da UA" (African Union Commission e African Union Development Agency, 2022, p. 3). Em relação à pandemia do COVID-19, apesar de registrar taxas baixas de contágio que outras regiões, o continente africano foi afetado em termos socioeconômicos; ainda com um desempenho melhor em 2021 do que em 2019, houve uma "pressão fiscal sobre os governos africanos. Como resultado do inesperado fardo socioeconômico e sanitário da COVID-19, a produção econômica do continente contraiu-se significativamente, empurrando muitos países para a recessão (African Union Commission e African Union Development Agency, 2022, p. 3). Com as medidas restritivas e de contenção por causa da pandemia,

Isto levou à perturbação dos negócios, a um declínio significativo dos investimentos diretos estrangeiros e à interrupção das cadeias de abastecimento globais de e para África, acompanhado do declínio global do crescimento econômico. Os pequenos Estados insulares em desenvolvimento (SIDS), dependentes do turismo, orientados para a exportação, foram particularmente afetados pelas restrições fronteiriças. O mercado de trabalho, [...] e os grupos vulneráveis foram os mais duramente atingidos em resultado da perda de rendimentos e de um aumento significativo das taxas de desemprego. (African Union Commission; African Union Development Agency, 2022, p. 64)

No cenário da COVID-19 no mundo, em setembro de 2021, já eram mais de 220 milhões de pessoas infectadas e mais de 4,5 milhões de mortes; no mesmo período, na África eram mais de 8 milhões infectadas e menos de 200.000 mortas. Para lidar com a situação, a UA fez parceria com atores regionais e continentais, contando com a adesão da instituição ao *Joint Continental Strategy*, indicado pelos ministros da saúde africanos, e a atuação do Centro para Controle e Prevenção de Doenças da África (*Africa Centres for Disease Control and Prevention - Africa CDC*). Em especial, o Africa CDC "desempenhou um papel de liderança na coordenação da resposta sanitária continental à COVID-19, especialmente no que diz

respeito ao reforço da capacidade dos países” (African Union Commission e African Union Development Agency, 2022, p. 64). Para melhor visualização dos projetos emblemáticos, o quadro 2 apresenta seus objetivos e status de implementação; ainda que haja pouca informação sobre o desenvolvimento específico de cada projeto, é importante fomentar trabalhos acadêmicos com análises específicas destes, ficando como sugestão para futuros trabalhos, os quais possibilitam contribuições que ajudem na análise e progresso destas iniciativas.

QUADRO 2
 PROJETOS EMBLEMÁTICOS DA AGENDA 2063

PROJETO	OBJETIVO	STATUS DE IMPLEMENTAÇÃO
Área Africana de Livre Comércio Continental (AfCFTA)	Acelerar o comércio intra-África, sendo uma maquinaria de crescimento e desenvolvimento sustentável. Além do comércio, busca intensificar a voz comum do continente e espaço político nas negociações globais	Um dos projetos com maior indicativo de progressos de acordo com o Segundo Relatório: - Assinatura por 54 Estados-membros; ratificação por 42 e 39 países depositaram seus instrumentos de ratificação. - 43 países-membros submeteram suas propostas de tarifas - O Business Investment Forum foi lançado em 2021, com o objetivo de promover negócios bilaterais
Rede Ferroviária Integrada de Alta Velocidade (AIHSRN)	Conectar cidades capitais de países africanos e centros comerciais a partir de uma rede de tem de alta velocidade, facilitando a movimentação de serviços, bens e pessoas	- O Plano de 10 anos de Implementação da AIHSRN foi desenvolvido - Foram desenvolvidos workshops regionais para avaliar o status de preparação dos países e das comunidades econômicas regionais para se envolverem no projeto
Passaporte Africano e a livre circulação de pessoas	Remover as restrições à capacidade dos africanos de viajar, trabalhar e viver no seu próprio continente a partir de um passaporte africano comum	- 33 países africanos assinaram o Protocolo de Livre Circulação de Pessoas - 4 Estados-membros ratificaram o Protocolo

<p>Universidade Africana Virtual e Eletrônica (PAVEU)</p>	<p>Aumentar o acesso ao ensino superior e contínuo, capitalizando a revolução digital e o conhecimento global</p>	<p>- Foram desenvolvidos 10 cursos online, incluindo seus conteúdos e currículos - A estrutura e os custos da iniciativa foram revisados, acreditando que, a partir disso, a estrutura do projeto seja iniciada</p>
<p>Estratégia de commodities africanos</p>	<p>Transformar a África de ser um produtor de matérias-primas para um continente que usa seus recursos ativamente para assegurar o desenvolvimento econômico dos africanos</p>	<p>A Estratégia de Commodity Africano e seu Plano de Ação foram adotados em 2021 - Iniciativas em andamento para a área de commodities, como Blue Ocean Economy e o Programa de Desenvolvimento da Agricultura da África.</p>
<p>African Economic Platform (AEP)</p>	<p>Reunir, uma vez por ano, a liderança política de África, o sector privado, o meio acadêmico e a sociedade civil para discutir desenvolvimentos e constrangimentos, bem como medidas a serem tomadas para concretizar as aspirações e objetivos da Agenda 2063</p>	<p>- O último Fórum foi em 2017, em Maurício - Foi desenvolvido um roteiro para a implementação de recomendações, além de uma nota conceitual para o estabelecimento da Plataforma do Conselho Empresarial Africano e Observatório do Comércio</p>
<p>Projeto da Barragem Grand Inga</p>	<p>Gerar em torno de 43.200 MW de energia, visando apoiar os atuais agrupamentos regionais de energia e o seu serviço combinado para transformar fontes de energia tradicionais em modernas. A partir disso, espera-se garantir o acesso de todos os africanos a eletricidade limpa e acessível</p>	<p>- Aguardando a ratificação da Lei Inga - Foi assinado um Memorando de Entendimento entre o Governo da República Democrática do Congo e dois provedores de serviços em termos de modalidades operacionais e legais do consórcio</p>
<p>Pan-African E-Network</p>	<p>Estabelecer políticas e estratégias para criar aplicações e serviços eletrônicos, especialmente a infraestrutura terrestre de banda larga intra-africana e a segurança cibernética</p>	<p>- Assinatura do acordo por 48 Estados-membros - Um plano de ação foi desenvolvido e adotado para a sustentabilidade do projeto - A estação Satellite Hub Earth foi instalada em Dakar</p>

<p>Silenciar as armas até 2020</p>	<p>Alcançar uma África livre de conflitos, Prevenir o genocídio, tornar a paz uma realidade para todos e livrar o continente de guerras, conflitos violentos, violações dos direitos humanos e desastres humanitários</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Desde a Declaração Solene de 2013, uma série de crises foram resolvidas e a estabilidade política foi gradualmente restaurada através da mediação liderada pela UA para promover a transição para longe da violência. - Algumas das crises, citadas no Segundo Relatório, que foram resolvidas amigavelmente são no Burkina Faso, no Burundi, na República Centro-Africana, nas Comores, na República Democrática do Congo, na Gâmbia, em Madagáscar, no Mali, no Sudão e no Sudão do Sul. Apesar disso, a situação, em 2023, em alguns Estados citados ainda é de crise e instabilidade política, como no Sudão - O Fundo de Paz da UA foi revitalizado - A capacidade institucional e a dotação da UA foram reforçadas com instituições e ferramentas capazes e especializadas para combater ameaças emergentes à paz e à segurança
<p>Estratégia do Espaço Exterior de África</p>	<p>Reforçar a utilização do espaço exterior por África para impulsionar o seu desenvolvimento. O espaço exterior é de importância crítica para o desenvolvimento de África em todos os domínios: agricultura, gestão de catástrofes, detecção remota, previsão climática, banca e finanças, bem como defesa e segurança</p>	<ul style="list-style-type: none"> - O Sistema Africano de Observação da Terra foi reforçado para melhorar a gestão do ambiente - Pelo menos 2.000 pessoas foram treinadas nas áreas de: observação da Terra, comunicação por satélite, navegação e posicionamento, ciência espacial e astronomia, e regimes regulatórios espaciais

Mercado único de transporte aéreo africano (SAATM)	Reforçar a conectividade intra-regional entre as capitais dos países africanos e garantir a disponibilidade de um mercado único de transporte aéreo unificado em África	Assinatura do compromisso solene por 35 países-membros; elaboração dos instrumentos regulatórios para a sua implementação
Instituições financeiras africanas	Acelerar a integração e o desenvolvimento socioeconômico do continente por meio do estabelecimento de organizações que desempenharão um papel fundamental na mobilização de recursos e na gestão do sector financeiro africano	Por ser composta por 4 instituições, cada uma encontra-se em estágios de implementação diferentes, mas com pouca evolução
Segurança Cibernética	Garantir que as tecnologias sejam utilizadas em benefício dos indivíduos, instituições ou Estados africanos, garantindo a proteção e segurança de dados online	- 15 Estados-membros ratificaram a Convenção de Malabo - Foram desenvolvidas as Diretrizes de Proteção de Dados, além da Estratégia Continental de Cibersegurança
Enciclopédia Africana	Fornecer um recurso confiável sobre a história autêntica da África e da vida africana	Foram publicados três volumes da ‘Encyclopaedia Africana’
Grande Museu da África	Criar consciência sobre os vastos, dinâmicos e diversos artefatos culturais da África e a influência que o continente teve e continua a ter nas várias culturas do mundo em áreas como arte, música, língua, e ciência	- O Documento Abrangente do Projeto do Grande Museu da África e a Brochura deste foram finalizados - O Projeto de Acordo de Sede entre a Comissão da União Africana e a Argélia foi submetido ao Conselheiro Jurídico para aprovação antes da sua assinatura

Fonte: Autoria própria, com base nos dados da African Union Commission e African Union Development Agency (2022).

A partir do quadro 2, é possível observar a importância do projeto de livre circulação de pessoas africanas a partir de um Passaporte Africano. Segundo os dados de 2022 do *Africa Visa Openness Index*, iniciativa

desenvolvida pelo Banco Africano de Desenvolvimento, em parceria com a Comissão da União Africana, Benin, Gâmbia, Seicheles permitiram “que africanos de todos os países do continente entrem sem visto” (Grupo Banco Africano De Desenvolvimento, 2022b, p. 19). Além destes, Ruanda e Quênia também fizeram o mesmo em 2023 (Hirsch, 2023a; 2023b), contribuindo para a união dos povos africanos de acordo com os ideais pan-africanos. Com isso, “[...] as barreiras físicas e invisíveis que têm impedido a integração dos povos africanos precisam de ser removidas” (African Union, sem ano 2, sem página).

Ainda nos dados de 2022 do relatório, existem progressos em termos de abertura à entrada de outros cidadãos africanos, com os seguintes números: 1) 24 países africanos oferecem um eVisa; 2) 36 países melhoraram ou mantiveram a sua pontuação no índice, desde 2016; 3) 50 países mantiveram ou melhoraram a sua pontuação no índice em relação a 2021, sendo mediante a eliminação de algumas das restrições implementadas durante a pandemia do COVID-19; 4) 48 de 54 países oferecem viagens sem visto aos nacionais de, pelo menos, um outro país africano; e 5) 42 países oferecem viagens sem visto aos nacionais de pelo menos 5 outros países africanos (Grupo Banco Africano De Desenvolvimento, 2022a).

É interessante observar que, para a viabilidade e efetividade da maior dos projetos emblemáticos, é necessária a vontade política e continuidade dos interesses dos Estados-membros, fazendo com que os projetos não caiam em esquecimento ou inatividade. Como Murithi (2014, p. 410) ressalta, “No interesse de alcançar a paz, a segurança e o desenvolvimento, é importante que os países africanos mantenham disciplina suficiente para que possam atuar como um bloco unificado com a União Africana como veículo de articulação e expressão das aspirações coletivas do continente”. Outro elemento a ser observado é a gestão dos recursos naturais africanos que devem ser para suas populações, evitando a ingerência de atores externos na condução e uso destes —o que alguns autores chamam de nova corrida para a África (Adi, 2015; Murithi, 2014; Muchie e Lukhele-Olorunju; Akpor, 2013). Nesse sentido,

Os países africanos ainda estão demasiado fragmentados e continuam a ser largamente influenciados por intervenientes externos que não têm em mente os interesses de África. África pode convidar estranhos, mas estes não devem convidar-se a si próprios para explorar os seus ricos recursos. África deve parar de depender da ajuda dos doadores e deve unir-se para alcançar uma agência autossuficiente. África não deve depender da bondade dos doadores. (Muchie, Lukhele-Olorunju e Akpor, 2013, p. xv)

Outro ponto de atenção é que, por mais que haja a documentação e informações sobre projetos importantes —como a AfCFTA—, falta uma organização dos dados online para que seja possível acessar cada projeto. Um exemplo é o projeto Enciclopédia Africana, o qual não consta o link específico para acessar as publicações dos volumes que foram citadas no Segundo Relatório; outro exemplo é o projeto PAVEU, que tem seu próprio site, mas não consta de informações precisas sobre como se inscrever nos cursos, etc.

Além disso, existe uma dificuldade de gestão e continuidade de projetos da magnitude que são desenvolvidos a partir de uma visão guarda-chuva que configura a Agenda. Como exemplo, houve a redução do papel da Comissão da União Africana a um Secretariado na prática, aproximando-se a como funcionava na OUA. É importante o empoderamento da Comissão para haver um mecanismo que acompanhe e monitore as atividades da Agenda, não se atendo apenas as vontades individuais dos Estados-membros (Ewi, 2024).

Apesar dos pontos de crítica, existe o reconhecimento das falhas/ineficiências e uma busca por melhorias estruturais da própria instituição. A UA apresenta-se como um ator relevante continentalmente e internacionalmente na atualidade, assumindo espaços de diálogos para além da plataforma continental. Exemplo disso é a sua entrada no bloco G20, contribuindo para uma maior representatividade e voz dos países africanos no cenário internacional (AFP, 2023; Munyati, 2023). Como prospectos, brinda-se o progresso das aspirações, especialmente pelos projetos em andamento, os quais tenderão a ter mais atividades, já que há um cenário melhor em relação à pandemia do COVID-19.

5. Conclusão

A partir do resgate histórico, observa-se que a UA é um fruto para além do seu lançamento, em 2002. Os pilares do Renascimento Africano e do Pan-Africanismo resgataram os rumos de uma África que tentava encontrar seu lugar nas dinâmicas internacionais. A materialização da Agenda 2063 possibilitou uma direção aos países africanos, levando em conta suas populações, seus instrumentos e possibilidades de desenvolvimento em conjunto.

A partir da problemática de pesquisa, de ‘como tem sido o papel da União Africana (UA) na atualidade, a partir dos projetos emblemáticos da Agenda 2063?’, é possível observar uma proatividade da instituição em torno das temáticas citadas ao longo deste artigo. Para além da Agenda 2063 e seus projetos emblemáticos, a UA atuou de forma relevante na conjuntura

de pandemia do COVID-19, em parceria com atores de diferentes níveis. Além disso, a apresentação da Agenda 2063 possibilita observar uma corrida em busca da concretização das suas sete aspirações, com progressos nos últimos dez anos. Com a breve apresentação dos seus projetos emblemáticos, pôde-se ilustrar a magnitude e ambição dos Estados-membros da UA, possibilitando o entendimento da atuação da UA na atualidade, em termos teóricos e práticos. Diferentemente dos objetivos de constituição da OUA, as populações africanas estão no centro do impacto dos projetos emblemáticos, os quais envolvem áreas cruciais como educação, energia, integração, comércio e conectividade aérea.

Como ponto de observação a longo prazo, se existir vontade política, continuidade e fonte de financiamento para levar os projetos a cabo, a Agenda 2063 transformará —e já está transformando— as relações intra-africanas em termos de conectividade, desenvolvimento e respeito mútuo. Existem atrasos nos projetos, mas existem progressos que são relevantes de serem notados e analisados. Em especial, a AfCFTA vem apresentando grandes progressos, o que chama a atenção da mídia internacional e de parceiros internacionais da própria UA.

A partir do quadro de trabalho da Agenda, os países africanos têm as peças para montar o quebra-cabeça do desenvolvimento e integração de forma consciente e sob auspícios pan-africanos. Para isso, é preciso ultrapassar o discurso e as palavras no documento para concretizar o planejamento e as iniciativas dentro do prazo de 50 anos.

Apesar da limitação bibliográfica para o desenvolvimento do artigo, já que foram utilizados essencialmente a Agenda 2063, o Segundo Relatório e demais documentos oficiais como bases essenciais de análise, a proposta desta pesquisa também foi incentivar que mais trabalhos nasçam dentro do recorte temático, visando uma contribuição analítica em relação aos projetos emblemáticos e demais iniciativas no escopo da Agenda. Para além da Agenda, é indispensável estudar instituições africanas para entender melhor sua estrutura, funcionamento e como estas podem contribuir para um melhor desenvolvimento do continente. Como ponto de ressalva, apesar deste artigo ser substancialmente descritivo, é preciso entender inicialmente como funcionam os projetos emblemáticos e seu andamento na contemporaneidade, dando assim espaço para serem discutidas possibilidades, falhas, progressos, retrocessos.

Como a própria filosofia do Ubuntu apresenta, a África é ela porque esta existe por meio dos seus 55 países; sendo assim, a busca pelo desenvolvimento, paz, segurança e um futuro melhor para os africanos é conjunta,

demonstrada pela Agenda 2063 e seus projetos emblemáticos. Esperemos pelos próximos desdobramentos das iniciativas pan-africanas.

Notas

- 1 Segundo Murithi (2005, p. 20), "Pan-africanismo é uma noção inventada", com o propósito de agir sobre o subdesenvolvimento da África, reconhecendo a fragmentação, marginalização e alienação do continente e sua diáspora.
- 2 Murithi (2020) considera a primeira fase de institucionalização do pan-africanismo a partir dos encontros do Congresso Pan-Africanos. Neste artigo, refiro-me aos processos de institucionalização por meio da criação de uma organização, como são os casos da OUA e UA.

Referências

- Adi, H. (2015). The New Scramble for Africa. *E-International Relations*. <https://www.e-ir.info/2013/04/15/the-new-scramble-for-africa>.
- Adi, H. (2018). *Pan-Africanism: a History*. Bloomsbury Academic.
- AFP. (2023). African Union tests diplomatic muscle with G20 entry. *RFI*. <https://www.rfi.fr/en/business-and-tech/20230914-africa-union-tests-diplomatic-muscle-with-g20-entry>
- African Union. Linking Agenda 2063 and the SDGs. Sem ano 1. <https://au.int/en/agenda2063/sdgs>.
- African Union. Visa Free Africa. Sem ano 2. <https://au.int/en/visa-free-africa>
- African Union Commission (AUC)*. (2015). *An Overview of Agenda 2063 – First Ten Year Implementation Plan*. <https://www.nepad.org/agenda-2063/publication/agenda-2063-first-ten-year-implementation-plan-2014-2023-0>
- African Union Commission (AUC). (2016). Plano de Implementação para a Primeira Década - 2014-2023. https://au.int/sites/default/files/pages/33794-file-agenda_2063_portuguese_final_revised_first_ten_year_implementation_plan_12_10_15_portuguese.pdf
- African Union Commission (AUC) e African Union Development Agency (NEPAD). (2022). AUC & AUDA-NEPAD Second Continental Report on the Implementation of Agenda 2063. AUC & AUDA-NEPAD.
- Badejo, D. (2008). *The African Union*. Chelsea House.
- Ceamanos, R. (2016). *El reparto de África: de la Conferencia de Berlín a los conflictos actuales*. Catarata, Casa África.
- Césaire, A. (1978). *Discurso sobre o colonialismo*. Livraria Sá da Costa Editora.
- Chazan, N.; Lewis, P.; Mortimer, R.; Rothchild, D. and Stedman, S. (1999). *Politics and Society in Contemporary Africa*. Lynne Rienner Publishers.
- Diallo, A. (2005). Integração Africana: da Organização da Unidade Africana à União Africana. *Espaço Jurídico, Unoesc*, 6 (1), 7-20.

- Ewi, M. (2024). The African Union's fight for relevance in 2024. *Institute for Security Studies*. <https://issafrica.org/iss-today/the-african-unions-fight-for-relevance-in-2024>
- Grupo Banco Africano De Desenvolvimento. (2022a). Índice de Abertura de Vistos de África mostra melhoria nas políticas de visto em todo o continente. <https://www.afdb.org/pt/noticias-e-eventos/comunicados-de-imprensa/2022-indice-de-abertura-de-vistos-de-africa-mostra-melhoria-nas-politicas-de-vistos-em-todo-o-continente-57342>
- Grupo Banco Africano De Desenvolvimento. (2022b). *Africa Visa Openness Report 2022*. <https://www.afdb.org/en/documents/africa-visa-openness-report-2022>
- Hernández, L. (2008). *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. Selo Negro.
- Hirsch, A. (2023a) Visa-free travel for Africans: why Kenya and Rwanda have taken a step in the right direction. *The Conversation*. <https://theconversation.com/visa-free-travel-for-africans-why-kenya-and-rwanda-have-taken-a-step-in-the-right-direction-217201>
- Hirsch, A. (2023b) Freer movement of people across Africans borders: A key to the continent's development? *World Economic Forum*. <https://www.weforum.org/agenda/2023/11/visa-free-travel-africans-development/>
- Ki-Zerbo, J. (2006). *Para quando África?: entrevista com René Holenstein*. Pallas.
- Makinda, S. and Okumu, W. (2008). *The African Union: challenges of globalization, security, and governance*. Routledge.
- Muchie, M.; Lukhele-Olorunju, P. and Akpor, O. (2013). Introduction - The African Union Ten Years After: Solving African Problems with Pan-Africanism and the African Renaissance. In M. Muchie; P. Lukhele-Olorunju and O. Akpor. *The African Union Ten Years After: Solving African Problems with Pan-Africanism and the African Renaissance*. Africa Institute of South Africa.
- Munyati, C. (2023). The African Union has been made a permanent member of the G20 – what does it mean for the continent? *World Economic Forum*. <https://www.weforum.org/agenda/2023/09/african-union-g20-world-leaders/>
- Murithi, T. (2005). *The African Union: Pan-Africanism, Peacebuilding and Development*. Ashgate Publishing.
- Murithi, T. (2014). Conclusion: The prospects for Africa's international relations. In T. Murithi (ed). *Handbook of Africa's International Relations*. Routledge.
- Murithi, T. (2020). The African Union and the Institutionalisation of Pan-Africanism. In R. Rabaka (ed). *Routledge Handbook of Pan-Africanism*. Routledge.
- Oliveira, G. e Otávio, A. (2022). Agenda 2063: uma avaliação dos resultados preliminares. *Tensões Mundiais*, 18(36), 207-242.
- Shaban, R. (2020). Eritrea defends decision to sit out Africa free trade pact - for now. *Africa News*. <https://www.africanews.com/2020/07/29/eritrea-defends-decision-to-sit-out-africa-free-trade-pact-for-now/>

- Takefman, B. (2023). Breaking Down The AfCFTA: What You Need To Know About Africa's Latest Trade Initiative. *Research FDI*. <https://researchfdi.com/resources/articles/breaking-down-the-afcfta-what-you-need-to-know-about-africas-latest-trade-initiative/#:~:text=Timeline%20%26%20Events%20that%20Shaped%20the,lengthy%20one%2C%20spanning%20several%20years>
- Thomas, D. (2022). *What you need to know about the African Continental Free Trade Area*. *African Business*. <https://african.business/2022/05/trade-investment/what-you-need-to-know-about-the-african-continental-free-trade-area>